

RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL: MAPEAMENTO E CARACTERÍSTICAS PARTICIPATIVAS

MIGUEL MIDÕES

CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade e IPV – Instituto Politécnico de Viseu

A INEXISTÊNCIA DE ESTUDOS ACERCA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS PORTUGUESAS

Até ao momento em Portugal não existem, que seja do nosso conhecimento, quaisquer estudos com dedicação exclusiva às rádios comunitárias (RC). Na generalidade, a rádio tem vindo a ser analisada desde 1997, quando foi concluída a primeira tese de doutoramento sobre rádio, com um “estatuto relativamente modesto”, sendo um meio “mais ou menos negligenciado” (Oliveira, 2015, p.239). As várias perspetivas em que este meio tem sido analisado não incluem um estudo pormenorizado acerca deste fenómeno das RC. Talvez por ser um acontecimento relativamente recente em Portugal e complexo de analisar devido à sua forte presença no digital. Uma presença quase em exclusivo (Ribeiro, 2013), havendo casos esporádicos em que as frequências FM lhes são atribuídas. Nestes casos, esta atribuição ocorre por um período limitado de tempo e quando a RC se associa a um evento cultural. Esta atribuição é concedida por um período máximo de meio ano (Anselmo Canha, Entrevista Pessoal, 2015).

A rádio portuguesa tem sido analisada mormente sob o ponto de vista informativo e pela sua ligação à comunicação de proximidade e local, através dos trabalhos desenvolvidos por Luís Bonixe (2012, 2014, 2017), mas também pela sua ligação ao som e ao papel que representa nas notícias de rádio e nas cibernotícias (Reis, 2015), pela sua presença na *web*, o seu potencial interativo e as suas poten-

cialidades digitais (Portela, 2011; Santos, 2015). Outros âmbitos de abordagem académica aos estudos da rádio são a sua componente histórica, abordada por Paquete de Oliveira (1992), Paula Cordeiro (2003) ou Rogério Santos (2003; 2012), e ainda as investigações realizadas por Sílvio Santos (2013) acerca do serviço público de radiodifusão, e aquelas que tocam ao de leve no tema das RC como o trabalho de Filipe Reis (2006) sobre “As comunidades radiofónicas: um estudo etnográfico sobre a radiodifusão local em Portugal”. Existem também trabalhos cujo principal foco é a participação do público neste meio (Ribeiro, 2013), e trabalhos que versam sobretudo as rádios piratas (Costa, 2017; Reis, 2014).

O mapeamento que nos propomos concretizar pretende colmatar a inexistência da identificação dos projetos de rádios que se apresentam como comunitários ou que reúnem características que os identifiquem como tal.

O POTENCIAL DA RÁDIO COMO ESPAÇO DE PARTICIPAÇÃO

Ao longo da sua história a rádio já sobreviveu a vários prenúncios de morte e está perante um grande desafio: o de encontrar o seu espaço dentro do recente ecossistema mediático, que se encontra em mutação constante. Este (novo) espaço dependerá da sua capacidade de adaptação, presente e futura, a este novo ecossistema (Herrerros, 2001). Este futuro pode ser encarado com “moderado otimismo” (Santos, 2015), se fizer jus a algumas das suas características fundamentais, “como a imediatividade, o baixo custo ou a mobilidade” (2015, p.193). A Internet veio trazer um conjunto de oportunidades àquilo que pode ser a *rádio falada*, e muitas mais ameaças ao que é a *rádio musical* (Costa, 2017). A Internet modificou aquilo que eram as concessões tradicionais da rádio que, além de ter permanecido a emitir informação sonora, passou a transmitir informação em formatos paralelos como a escrita e o visual. “A rádio na Internet é outra coisa diferente da rádio” (Herrerros, 2001, p.21).

A confluência da rádio tradicional com as inovações técnicas e as ferramentas multimédia deu lugar a uma inovação da linguagem, dos conteúdos e do próprio modelo radiofónico, que fazem com que este *media* tenha pela frente desafios como a necessidade de se adaptar a uma nova noção de temporalidade, a uma maior diversidade na disponibilização de conteúdos e ainda à modificação estética da linguagem sonora, perante a constatada diminuição dos ouvintes da rádio em FM e o consecutivo aumento das suas escutas *online*. (Santos, 2015). Pedro Portela (2011) recolhe em Brecht (2005) a ideia de que existe com as NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Comunicação, “uma espécie de rebelião por parte do

ouvinte” (2011, p.41), uma vez que estas novas ferramentas ativam a capacidade de este se tornar num produtor de conteúdos, sendo por isso criado um contexto favorável à participação dos cidadãos, quer enquanto internautas observadores e comentadores, quer mesmo enquanto internautas produtores de conteúdos.

A participação dos cidadãos e a existência de uma audiência mais ativa é uma das consequências da alteração do modelo radiofónico, trazida pela capacidade interativa da rádio, onde existe um diálogo permanente com a audiência, orientando-se a escolha das temáticas a abordar e as decisões a tomar consoante os principais interesses dos ouvintes. Um feedback que chega à rádio através de um modelo interativo, que pode ser impulsionado pela Internet (Herrerros, 2001).

Esta interatividade deve permitir ao ouvinte/internauta que faça a sua própria procura de conteúdos programáticos, no momento que quiser e onde pretender, mas este processo interativo só será total se existir capacidade de diálogo com a própria fonte de informação e se existir um intercâmbio de informações/opiniões entre aqueles que fazem parte do processo de comunicação.

Esta rádio aberta à participação, e sendo uma rádio mais personalizada, à medida de cada um (Herrerros, 2001, p.119), possibilita o alcance mais facilitado dos seus objetivos de proximidade para com as comunidades onde se insere. Um facto que pode sair mais reforçado nas rádios locais, pois possuem características e condições muito próprias para que a comunidade se reveja na sua programação (Bonixe, 2017).

O mundo global potenciado pelo *online* não desaparece com a promoção da localidade, das culturas locais e dos conteúdos locais, possibilitados pela rádio (local), uma vez que com a Internet o local deixou de ser apenas a dimensão territorial e passou a estar acessível em qualquer parte do mundo (García, 2008). E isto acontece, de acordo com o investigador português Luís Bonixe (2017) devido à função ontológica das rádios locais: “apesar de os diversos modelos de comunicação emergentes e determinados pela tecnologia, os *media* locais possuem ainda um vínculo muito forte ao que é próximo localmente (...) mantém a função ontológica de ligação às comunidades locais” (Bonixe, 2017, pp.49-50). Não obstante, a participação nos *media* em geral, e nas rádios mainstream em particular, é ainda limitada (Herrera, 2005).

O fenómeno das RC tem vindo a ser analisado como uma alternativa aos sistemas público e privado de radiodifusão, assumindo diferentes perspetivas: *media* com forte vocação social, reivindicando os direitos das minorias e apresentando-se como plataformas para o desenvolvimento, social ou económico (Paula, 2012), nomeadamente nos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento; ou

media com uma vocação mais cultural e como alternativa aos *media mainstream* como é a panorâmica geral do caso europeu (Downing, 2011; Girard, 2002).

As instituições internacionais conferem relevância às RC e ao seu papel social, como por exemplo a União Europeia, com as normativas que fez sair através do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia pressionando os governos dos países que a compõem a legislar no sentido de enquadrar legalmente o terceiro setor de radiodifusão, a AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias, e a própria UNESCO pelos estudos que têm desenvolvido acerca do setor, mas também pelo apoio que têm conferido à implementação de emissoras de rádio comunitárias sobretudo em África. Estas instituições apresentem estes *media* como uma alternativa aos *media* de massa e como um fator de desenvolvimento das comunidades locais, estando estes mais abertos à participação. Contudo, em Portugal, estas rádios continuam sem um enquadramento legal, estando praticamente impossibilitadas de obter uma frequência de emissão em ondas hertzianas, vendo esta possibilidade reduzida à potencialidade das emissões *online* (Ribeiro, 2014; 2015; 2016).

A comunicação de proximidade com as comunidades tem vindo a ser desenvolvida pelas rádios locais, desde os finais do século XX, depois da regulação do setor em 1988/1989. Contudo, estas rádios vivem uma situação cada vez mais complexa, fruto das recentes políticas para o setor e das próprias características económicas do tecido que as sustenta (Bonixe, 2012; 2017, Costa, 2017; Reis, 2014). Este contexto pode abrir possibilidade às RC e à implementação de um espaço participativo mais amplo, inerente à sua génese.

O CAMINHO PARA A IDENTIFICAÇÃO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS PORTUGUESAS

Perspetivando a análise do terceiro setor de radiodifusão português foram identificados os projetos de RC presentes no espaço *online* e que, de alguma forma, mencionam tratar-se de projetos vocacionados para comunidades geográficas ou comunidades de interesses (Anderson, 1983), com vista à participação dessas mesmas comunidades, e utilizando a internet como canal de comunicação preferencial para com as suas comunidades e os seus ouvintes-produtores.

Para enumerar estes projetos foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que se focou nos autores nacionais que investigam a rádio em geral, mas em particular os que a analisam o seu cariz de proximidade (Bonixe, 2012; Bonixe 2017; Costa,

2017; Ribeiro, 2014; Ribeiro, 2015; Oliveira, 2017) e os que a investigam pela sua ligação ao mundo digital (Portela 2011; Santos, 2015).

Esta pesquisa foi complementada com recurso a motores de busca como *Google*, *Yahoo* e *Sapo*, utilizando palavras-chave como: “Rádio Comunitária”, “Rádio Comunitária portuguesa”, “Projeto de rádio comunitária”, “Projeto áudio *online*”, “Terceiro setor de radiodifusão nacional”, “Projeto Comunitário de rádio”, “Rádios das minorias” ou “Projeto rádio *online*”.

Da junção destas pesquisas, realizadas entre 2015 e 2018, surgiu uma listagem de 35 projetos nacionais de rádio, com presença no mundo digital, com possíveis conexões comunitárias, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1 – PROJETOS comunitários de áudio com presença online

Projetos de Rádios Comunitárias:	Localização	Data Criação	Comunidade	Foco/Intervenção
Rádio Zero	Lisboa	2004	ISCTE	Estudantes Universitários
Rádio Manobras	Porto	2011	Aleixo (Porto)	Social – Inclusão e cidadania
Stress FM	Lisboa	2011	Mouraria	Social – Inclusão e cidadania
Quase FM	Lisboa	2011	Univ. Católica	Estudantes Universitários
Engenharia Rádio	Porto	2007	Univ. Porto	Estudantes Universitários
Rádio Aurora	Lisboa	2009	Psiquiatria	Social – Saúde
UALMedia Rádio	Lisboa	NI	Univ. Autónoma	Estudantes Universitários
ESCSFM	Lisboa	2010	Alunos da ESCS	Estudantes Universitários
Rádio Radical	Lisboa	2011	NI	NI
RUBI – Rádio Universidade da Beira Interior	Covilhã	2003	Alunos da UBI	Estudantes Universitários
NRC – Net Rádio Católica	Moita (Setúbal)	2006	Católicos	Religião
CC FM	Porto	2012	Alunos da UP	Estudantes Universitários
Cascais Net Rádio	Cascais	2014	NI	NI
Rádio Alcatifa	Faro	NI	NI	Político
Summer Blast	Lisboa	NI	Festival	NI
Rádio Marcante	Ponta Delgada	NI	NI	NI
Kitscnet Rádio	Porto	NI	NI	NI

Projetos de Rádios Comunitárias:	Localização	Data Criação	Comunidade	Foco/Intervenção
Rádio Lusitânea CB	Alentejo	2006	NI	Cultura – Língua portuguesa
Rádio Miúdos	Bombarral	2015	Lusofonia	Cultura – Língua portuguesa
Radio Active 101	País	2013	Juvenil	Social – Inclusão e cidadania
Rádio Wit FM	Coimbra	2014	Empresarial	Empresarial
Rádio ZigZag	NI	2016	Juvenil	Cultura – Língua portuguesa
Rádio TSM – Terras de Santa Mafalda	Arouca	NI	NI	NI
Braga Rádio DJ	NI	NI	Rap	Social – Música
Rádio Imigrante	Lisboa	NI	Imigrantes	Social – (I)Emigrantes
Jornalismo Porto Rádio	Porto	2006	Alunos da UP	Estudantes Universitários
Control FM	NI	NI	NI	NI
Rádio Corredor	Gaia	2009	NI	Musical
RRE – Rádio Refúgio Emigrantes	Madeira	NI	Lusofonia/diáspora	Social – (I)emigrantes
Rádio Noite	NI	NI	NI	Musical
Rádio Ás	Aveiro	2011	Lusofonia	Político – Diplomacia Municipal
Rádio Baixa	Coimbra	2018	Baixa de Coimbra	Musica e Bairro
Rádio Quântica	Lisboa	2015	Artistas e Ativistas culturais	Musical e Intervenção
Rádio Escuta	Lisboa	2018	Bairro do Intendente	Social – Inclusão e cidadania
Radio Transforma	Porto	2018	NI	Social – intervenção

Legenda: NI – Não Identificado

Fonte: Elaboração própria, com recurso a pesquisa bibliográfica e a pesquisa em motores de busca *online*.

AS EXCLUSÕES E AUSÊNCIA DE CARIZ COMUNITÁRIO.

A elaboração desta primeira listagem de projetos de rádios comunitárias inclui projetos que, embora tenham surgido na pesquisa, não indicavam qualquer forma de contacto ou de análise, nomeadamente, *site*, *blogue*, presença nas redes sociais, emissão *online* ou programas em *podcast*. Além destes, embora tenhamos encontrado referências à *Webrádio comunitária* e *Intermunicipal Rádio Ás* (criada em Aveiro em 2011) e à *Jornalismo Porto Rádio* (criada no Porto em 2006), ambos os

projetos estão à partida excluídos por existirem informações acerca da sua extinção. A *Rádio Ás* mantém a morada digital ativa e apresenta-se como um projeto de comunicação comunitária, criado pelos municípios de Aveiro, em Portugal, São Bernardo do Campo, no Brasil, e de Santa Cruz, em Cabo Verde. Foi criada com os objetivos de motivar a participação cívica, reforçar a coesão da comunidade e aprofundar a identidade local. De acordo com Fábio Ribeiro (2014) foi extinta dois anos depois da sua criação e confirmamos a sua inatividade com a ausência de emissão *online* e de atualização da informação contida no referido *site*.

Em relação a projetos como a *Rádio Terras de Santa Mafalda*, *Rádio Braga DJ*, a *Rádio Control FM*, ou a *Rádio Imigrante* não possuem elementos suficientes que nos permitam analisá-las, enquadrando-se no grupo que referimos anteriormente e que serão excluídas por falta de informação. A *Jornalismo Porto Rádio* foi substituída pela CC FM, que analisaremos à frente com mais detalhe.

Decidimos excluir ainda a *Wit FM*, que se apresenta como uma RC, contudo surge ligada a uma empresa privada de *software* do centro do país que, embora tenha participação esporádica dos elementos da empresa, e por isso a comunidade para a qual foi criada, é detida, controlada e gerida pela administração da empresa, distanciando-se de uma das características fundamentais de um projeto comunitário, nomeadamente a programação e gestão comunitária.

Quanto à *Rádio Zigzag*, que se apresenta como um projeto vocacionado em exclusivo para as crianças, a opção de excluí-lo reside no facto de ter sido criado e estar a ser dinamizado dentro do grupo RTP – Rádio e Televisão de Portugal, a quem está atribuído o setor público de radiodifusão em Portugal, não tendo assim uma gestão comunitária.

Desta primeira listagem, já excluindo os projetos mencionados anteriormente, poderemos realizar uma primeira análise em relação às zonas do país onde estão a surgir este tipo de projetos de rádio potencialmente comunitários, tendo em conta os 24 projetos que mantivemos em análise. Analisando os dados recolhidos na tabela anterior percebe-se que os projetos de áudio comunitários com emissão exclusivamente *online* surgem sobretudo no litoral do país, mais marcadamente nas duas maiores áreas metropolitanas: Lisboa e Porto. Nestas áreas existe uma maior aposta nas emissões em cadeia por parte das rádios locais, e onde estas mais têm perdido o contacto com a génese da localidade, sendo estes “territórios com mais mercado e potencial de audiência” (Costa, 2017, p.58). Passando a emitir em cadeia, as rádios locais quebram significativamente a ligação que mantinham com a população e as comunidades locais, e fecham-se completamente à participação dos ouvintes, abrindo-se um vazio, que ao mesmo tempo é um espaço de oportunidades para projetos comunitários deste género, que podem possibili-

tar ressurgir na discussão pública, os assuntos locais e, possivelmente, estabelecendo assim uma nova relação de proximidade com as comunidades locais.

Esta tendência para o desaparecimento das rádios locais no litoral do país traz-nos “um país dividido em dois, com o litoral onde as rádios locais se foram diluindo e o interior, onde ainda há “projetos de rádio local muito interessantes, com sites, noticiários, debates e interação com as comunidades” (Costa, 2017, p. 97).

Todos os projetos aqui indicados surgiram já no século XXI, havendo indicações de que a *Rádio Zero*, que funciona no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, tenha sido a primeira a iniciar emissões em Portugal, em 2004. Contudo, os primeiros experimentos para uma rádio comunitária foram efetuados, ainda em 1997, pela Engenharia Rádio, que só em 2007 começa a emitir com regularidade. É importante sublinhar que, só durante o ano de 2018, surgiram três emissoras de rádio de possível cariz comunitário, sem frequência hertziana, em Coimbra, Lisboa e Porto.

Ainda nesta primeira fase de análise podemos aferir que a maior parte destes projetos são destinados e abertos à participação de comunidades estudantis universitárias, tendo a sua origem precisamente em universidades ou outras instituições de ensino superior, denotando-se também a presença de rádios ou projetos de áudio comunitários, com cariz social e cultural, sendo que as emissoras de carácter social surgem sobretudo em bairros das duas principais metrópoles portuguesas e visam a inclusão e a cidadania ativa, sendo que destas a Rádio Aurora se distingue por tentar alcançar este desígnio através da abordagem exclusiva de temas ligados a áreas da saúde, sobretudo acerca de doenças do foro psiquiátrico. As rádios encontradas com forte vocação cultural visam uma intervenção cultural ativista, dando voz e espaço de participação aos artistas nacionais que não a encontram nas rádios *mainstream*.

PERSPETIVANDO UMA CARACTERIZAÇÃO DAS RC PORTUGUESAS

Com base numa revisão literária exaustiva acerca das RC nas várias geografias do globo e a abordagem elaborada por vários autores internacionais e nacionais a estas emissoras, estabelecemos um conjunto de critérios que consideramos essenciais para a análise e caracterização dos projetos comunitários de áudio portugueses. Este conjunto de critérios é apresentado na tabela 2, e reúne nove características gerais, desdobradas em várias características específicas que pretendemos averiguar, nomeadamente acerca da propriedade destas emissoras, a sua gestão, os seus objetivos, fontes de receita, alcance da emissão, conteúdos

TABELA 2 – Principais características das Rádios Comunitárias

Característica Geral	Aspetos específicos das características	Autores
Propriedade	Detidas por um grupo de cidadãos	
	Pode ser uma fundação, associação ou cooperativa	
	Fundações e associações comunitárias sem fins lucrativos	
Gestão	Participação ativa e direta da comunidade na gestão	
	Em prol de um benefício comum	
	Através da constituição de conselho comunitário	
Objetivos	Ser detentora de um objetivo comunicacional comum à comunidade	
	Dar voz às minorias	
	Permitir o acesso das minorias sexuais, étnicas, etárias...	
	Proporcionar a inclusão dos voiceless e grupos marginalizados	
	Salvaguardar os Interesses locais e a diversidade linguística	
	Impulsionar a alfabetização	
	Garantir e refletir a diversidade cultural e linguística	
	Proporcionar o desenvolvimento local	Dieng, P. (2013)
Receitas	Permitir ser instrumento de comunicação para o desenvolvimento	Fraser, C. & Restrepo, S. (2001)
	Sem fins lucrativos	Peruzzo, C. (2009)
	Financiadas por patrocínios e/ou publicidade	Zucoloto, V. (2005)
	Financiamento pode vir de doações da comunidade, membros da rádio e/ou do auditório	NFCB (2016)
	Financiamento Estatal (governos) ou organizações internacionais	AMARC (2015)
Alcance da Emissão	Financiamento pode advir da organização de eventos de angariação	Price, D. & Tacchi, J. (2001)
	Baixa potência	Andie, V. (2006)
	Alcance limitado a raio de 10km	Paula, P. (2016)
Conteúdos	Informação ligada à comunidade, quer seja comunidade geográfica, quer seja comunidade de interesses.	
	Pluralidade de programação	
	Programação vinculada à realidade local	
Produtores	Comunicado ativa na criação de conteúdos e na programação	
	Pluralidade de vozes	
	Audiência é protagonista e produtora de conteúdos/ouvinte no papel de emissor	
	Participação ativa da população na programação	
Formação do STAFF	Uso de voluntários nas emissões	
	Workshops de aprendizagem e atividades de contacto	
	Possibilitar o desenvolvimento técnico dos Recursos Humanos	
Acessibilidade	Promoção do processo democrático, através da acessibilidade de todos às emissões	

Fonte: Elaboração Própria com base nos autores mencionados na tabela.

programáticos, identificação dos seus produtores de conteúdos e o seu envolvimento/participação na emissora (a característica sobre a qual neste artigo nos iremos debruçar com mais aencção), a formação que é realizada ao *staff* que as compõem, e a acessibilidade proporcionada aos elementos das respetivas comunidades. Este conjunto de características indicar-nos-ão o grau de envolvimento e de participação das comunidades nestes meios de comunicação.

Iremos obter estas informações através da análise realizada à sua presença digital, nomeadamente, aos *sites* e redes sociais de cada um dos projetos, sendo complementada com o questionamento direto dos elementos do projeto no caso da inexistência de informação *online* suficiente e esclarecedora.

CARACTERÍSTICAS PARTICIPATIVAS

Quando analisamos a propriedade destas rádios portuguesas, exclusivamente *online* e com possível cariz comunitário, reparamos que, praticamente na sua totalidade, seguem a linha internacional de serem criadas com base e/ou a partir do envolvimento/participação de um grupo de cidadãos/comunidades, geográficas – quando se formam em bairros, sobretudo nas cidades de Lisboa e Porto, e de interesses – quando existe vontade de comunicar uma ideia, um ideal ou de dar voz a um grupo social. Estes projetos nascem maioritariamente do trabalho voluntário do grupo de pessoas que está envolvido na sua criação e dinamização, surgindo sem fins lucrativos.

Em relação à propriedade, ou à génese que motiva a formação destas rádios, nascem, quase sempre, de um grupo de cidadãos sem qualquer representação legal, mas que, em determinados casos, assume, passado algum tempo o quadro legal de associação. Em muitos casos estão diretamente ligadas a associações de estudantes do ensino superior, por isso importa sublinhar: muitos dos projetos identificados estão (inter)ligados a comunidades de ensino superior (ensino universitário ou politécnico), e de entre estes são vários os casos em que estão relacionados com cursos de licenciatura das áreas da Comunicação e Jornalismo. Deste grupo de rádios com vocação comunitária universitária a exceção é a Engenharia Rádio, o projeto pioneiro (1997), que nasce na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, por isso fora da área da Comunicação e Jornalismo. Nestes projetos de rádio, os estudantes participam com o objetivo de divulgar o que se passa na academia, com o objetivo de debater questões do seu dia-a-dia, mas também de trazer para a academia assuntos de ordem social, cultural, etc., que consideram ser do interesse dar a conhecer à comunidade.

Outro pormenor importante que poderemos enunciar é o facto de que, depois de uma primeira vaga, no início do novo milénio, de rádios *online* direcionadas para comunidades estudantis do ensino superior, assistimos a uma segunda fase, coincidente com a segunda década deste milénio, de aparecimento de emissoras de rádio com um maior cariz social (de intervenção social, cultural e política), como são os casos das rádios Manobras (2011), RadioActive101 (2013), Quântica (2015), Escuta (2018) e Transforma (2018).

A origem destes projetos de RC portugueses está na participação ativa de um ou mais cidadãos que, participando ativa e diretamente na gestão dos meios, pretendem envolver a restante comunidade onde se inserem. Nos projetos analisados existe a consciência de que uma participação mais plural conduzirá a uma produção de conteúdos mais plurais, bem como da importância da existência de uma audiência protagonista, ou seja, uma audiência que ouve os conteúdos produzidos pelos projetos comunitários, mas que é ao mesmo tempo a produtora desses mesmos conteúdos.

De forma geral, os projetos analisados estão voltados para as comunidades onde surgiram, possibilitando a acessibilidade de todos às emissões, reconhecendo que esta maior participação conduz também à promoção do processo democrático, onde todos são livres de participar, incluindo, no caso de existirem, o acesso das minorias, dando-lhes voz e proporcionando a sua inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação tem um papel essencial no campo da comunicação e dos estudos dos *media* abordando-se sobretudo a dialética audiência passiva/audiência ativa (Carpentier, 2017), entendendo-se a participação/interação em comunidade como uma característica inerente a um público ativo/audiência ativa enquanto recetora de uma mensagem. Contudo, a participação não pode ser analisada como o simples acesso e interação com a organização mediática, pois embora seja o acesso e a interação que possibilitam a participação, estes conceitos não podem ser analisados desprovidos da dinâmica de poder e de tomada de decisão. Nico Carpentier (2017) define três dimensões participativas nos *media* por parte de uma audiência ativa: a) participação na produção dos *media*; b) participação na sociedade através dos *media*; c) interação com o conteúdo mediático.

Numa primeira análise aos projetos comunitários de rádio portugueses, já mencionados anteriormente, consegue-se perceber que existem condições nestes meios para que estejam reunidas estas três dimensões participativas. Muito

embora seja necessária uma investigação mais detalhada, envolvendo a metodologia qualitativa de estudos de caso, para retirar ilações mais aprofundadas. Não obstante, é perceptível que as comunidades que deram origem a estes projetos de rádio abrem à participação de todos a construção das grelhas programáticas, a gestão corrente do meio de comunicação, e a produção de conteúdos, perspetivando-se que haja uma participação ativa na construção social da comunidade em que se inserem, nomeadamente no caso dos projetos que surgem ligados a instituições de ensino superior.

Existe uma proximidade dos cidadãos com as temáticas locais e comunitárias, que lhes chegam através das RC, sendo que estes meios contribuem para o debate público de temáticas normalmente marginalizadas pelos *media* de massa (Ex: Projeto Rádio Aurora, que é desenvolvido no Hospital Júlio de Matos, em Lisboa, e que visa trazer para o espaço público a temática da Saúde Mental).

Historicamente, a evidência é que o debate público envolve um limitado número de cidadãos, mais alfabetizados e com mais fácil acesso aos meios de comunicação. Exemplo disso é o que acontecia no século XIX com uma classe burguesa que tinha acesso facilitado à discussão pública. Este acesso mais facilitado é hoje dominado por uma camada social mais jovem, mais voltada para o digital e para o *online*, que consegue um mais fácil e mais rápido acesso, quer aos *media* de massa, quer aos novos *media*, criando uma suburbanização da esfera pública, fragmentada, com múltiplas e divididas formas de produção, proporcionadas pelas novas tecnologias, que conduz a múltiplas e divididas audiências (Silverstone, 1999). Nesta esfera pública fragmentada surgem os projetos comunitários, que juntam em prol de um objetivo comum, um determinado conjunto de pessoas, uma comunidade, no sentido de veicular uma mensagem que potencie/influencie o *good governance* por parte do poder local (Downing, 2011).

Por último, estas redes de produtores que se formam à volta de projetos comunitários de áudio, possíveis RC, permitem o *empowerment* dos utilizadores, podendo ser usadas para dar voz, esperança e expectativas a grupos e comunidades, criando um ideal de democracia participativa (Proulx, et al., 2011). É importante detalhar também que esta participação ativa tem consequências também para os próprios *media* de massa, que se veem forçados a procurar uma adaptação e até a reinvenção, devido a estas novas tendências de participação que a entrada no novo milénio trouxe consigo, proporcionadas pelos avanços tecnológicos e pelo crescimento dos *media* digitais. Por exemplo, nos *media* de radiodifusão passaram a usar-se mais “SMS, *websites* interativos e *shows* para envolver, com mais força, as audiências no processo editorial” (Nyre & Fossi, 2010: p.195).

Muito embora este artigo seja o resultado de uma fase inicial de um estudo mais aprofundado aos projetos de possíveis RC portuguesas, antevê-se um forte potencial participativo deste terceiro setor da radiodifusão, que em Portugal está a desenvolver-se exclusivamente *online*, devido ao vazio legal existente no quadro das RC. A lei da rádio portuguesa (Lei n. º54/2010) apenas prevê a existência de rádios de serviço público (primeiro setor) e rádios de serviço privado (segundo setor), sem qualquer referência a estes projetos comunitários, impedindo assim a atribuição de frequência em FM. Contudo, o vazio legal e as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias estão a permitir que comunidades, geográficas e de interesses, estejam a reunir-se em volta de questões e interesses comuns, participando nos *media* através da criação do seu próprio meio de comunicação comunitário.

BIBLIOGRAFIA

- AMARC – Associação Mundial de Rádios Comunitárias. (2015). Pesquisado em: <http://www.amarc.org/>.
- Anderson, B. (1983). *Imagined Communities – Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. London: Verso. Pesquisado em: https://is.muni.cz/el/1423/podzim2013/SOC571E/um/Anderson_B_-_Imagined_Communities.pdf
- Bonixe, L. (2012). O local como especialização – as rádios locais portuguesas enquanto espaço para a comunicação de proximidade. *Repositório Comum*. Pesquisado em: <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/5287/1/Lu%C3%ADs%20Bonixe.pdf>
- Bonixe, L. (2014). Rádio Contextos e Linguagens. *Revista Media e Jornalismo*, 13 (1). Pesquisado em: http://www.cimj.org/index.php?option=com_content&view=article&id=1026:revista-media-a-jornalismo-24-radio&catid=25:noticias&Itemid=166
- Bonixe, L. (2017). As rádios locais portuguesas na transição para a Internet. In Jerónimo, P. (Ed.), *Media e Jornalismo de proximidade na era digital*. Covilhã: Labcom.
- Carpentier, N. (2017). *Media e Participação*. Lisboa: Media XXI.
- Cordeiro, P. (2003). A rádio em Portugal: um pouco de história e perspectivas de evolução. *Biblioteca Online das Ciências da Comunicação*. Pesquisado em www.bocc.ubi.pt, consultado a 14 de fevereiro de 2018.
- Costa, P. (2017). *Teias da Rádio: Ensaios e Reflexões sobre as políticas do setor*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Dieng, P. (2013). Radio Communautaires, espace public et developpement local: enjeux et contraintes au Senegal. *Revue Electronique Internationale de Sciences du Langage – Sudlangués*, 19. Pesquisado em: http://www.sudlangués.sn/IMG/pdf/article_2_dieng.pdf
- Downing, J. (2001). *Radical Media. Rebellious Communications and Social Movements*. London: Sage Publications.
- Fraser, C. & Rastrepo, S. (2001). *Community Radio Handbook*. UNESCO.
- Fraser, C. & Rastrepo, E.S. (2002). Community radio for change and development. In *Society for International Development* (pp.70-73). London: Sage Publications.
- Girard, B. (2002). *Rádio Apasionados – Experiencias de radio comunitária en el mundo*. Pesquisado em: www.comunica.org/apasionados.

- Herrera, S. (2005). El antes y el ahora de la participación de los oyentes en los programas de radio. *Sphera Publica* – Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación, 5, 295-307.
- Herreros, C. (2001). *La radio en la convergencia multimedia*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Oliveira, M. (2015). Som em frequência moderada: cartografia de estudos de rádio em Portugal. In Oliveira M. & Prata, N. (Eds.), *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários* (pp:239-249). Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Oliveira, M. (2017). A reconfiguração das rádios locais ou a ameaça da Frequência Localizada. In Costa, P. (Ed.), *Teias da Rádio: Ensaios e Reflexões sobre as Políticas do Setor*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Paquete de Oliveira, J. (1992). A integração europeia e os meios de comunicação social. *Análise Social*, 27, 995-1024. Pesquisado em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1237312829T1hNGoau4Yui0TU6.pdf>
- Paula, P. (2012). *Comunicação para o desenvolvimento: novo paradigma de intervenção comunitária. Rádios comunitárias da Guiné Bissau e de Moçambique*. (Tese de Doutoramento). Pesquisada em: http://cies.iscte-iul.pt/np4/?newsId=453&fileName=CIES_WP133_Paula.pdf.
- Paula, P. (2016, abril). Rádios Comunitárias: novo paradigma de intervenção! Perspetiva comparada: Guiné Bissau, Moçambique e Timor Leste. In *The role of communication within social emancipation processes. Imaginaries, theorisations and social practices*. CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Pavarala, V. (2015). Community Radio “under progress”. Resuming a paused revolution. *Economic & Political Weekly*, 51. Pesquisado em: <http://www.sancomonline.net/wp-content/uploads/2015/02/Community-Radio-Under-Progress-Vinod-Pavarala.pdf>
- Peruzzo, C. (1998). Participação nas rádios comunitárias no Brasil. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. Pesquisado em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/peruzzo-cicilia-radio-comunitaria-br.pdf>.
- Portela, P. (2011). *Rádio na Internet em Portugal*. Ribeirão: Edições Húmus.
- Reis, A. (2014). As rádios piratas em Portugal – contributos para um percurso. In Reis A., Ribeiro, F. & Portela, P. (Dds.), *Das piratas à Internet: 25 anos de rádios locais* (pp.9-28). Braga: CECS – Centro de Estudos Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Ribeiro, F. (2013). *A participação dos cidadãos nos média portuguesas: estímulos e constrangimentos*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais. (Tese de Doutoramento). Pesquisado em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/27212/1/Fábio%20Fonseca%20Ribeiro.pdf>
- Ribeiro, F. (2014). Recuperar o Espírito das Piratas: reflexões sobre rádios comunitárias em Portugal, do vazio legal a uma proposta concreta. In Reis, A., Ribeiro, F. & Portela, P. (Eds.), *Das Piratas à Internet: 25 anos de rádios locais*. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Ribeiro, F. (2015). Rádios comunitárias na Galiza e em Portugal, o ruído e o silêncio: contraste de experiências na emergência de novos desafios sociais. *Repositorium*. Pesquisado em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/42061/1/FR_2015_relatorio-IACOBUS.pdf.
- Ribeiro, F. (2016, novembro). Reading between lines: the relationship between media coverage and legal status of community radios within european countries. In ECREA, Praga.
- Santos, L. A. (2015). Rádio e Internet: o desafio pode começar de novo. In Oliveira, M. & Prata, N. (Eds.), *Rádio em Portugal e no Brasil: trajetórias e cenários* (pp.189-202). Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Santos, R. (2003). Rádio Clube Português – Da escassez de frequências à grande importância no meio radiofónico nacional (1931-1936). *Media & Jornalismo* (3), 51-66. Pesquisado em: <http://fabricadesites.fcsh.unl.pt/polocicdigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/n3-04-Rogério-Santos.pdf>

- Santos, R. (2012, fevereiro). A Rádio não tem emissão educativa. É essencialmente distração. Da tradição à modernidade radiofónica (1961-1969). In *O meio rádio e os 75 anos da Rádio Renascença*. Universidade Católica Portuguesa, Lisboa.
- Santos, S. (2007). *Imprensa Regional - Temas, problemas e estratégias da informação local*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, S. (2011). *Serviço Público de Radiodifusão em Portugal: do controlo ideológico ao fim da representatividade social* (Tese de Doutoramento). Pesquisado em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/20291/3/Tese%20Silvio%20Santos%20.pdf>
- Santos, S. (2013). *Os Media de Serviço Público*. Covilhã: Labcom.
- Zucoloto, V. (2005, setembro). Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio (1927-1932): um diálogo sempre atual sobre o papel social e as potencialidades da radiodifusão. In *Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. UERJ, Rio de Janeiro (Brasil).